

# PERDA DE ESPANHA? A EPIFANIA DE UM ESPAÇO PÚBLICO E A RECONFIGURAÇÃO DE IDENTIDADES NA ESPANHA DE CARLOS II

HÉLOÏSE HERMANT

*Universidade de Nice-Sophia Antipolis*

Ao longo da década de 1670 a débil coesão da Monarquia católica e a quebra do ideário imperial, agravadas por um sentido de esgotamento geral, alimentaram uma crise política cuja consciência aguda levou até ao paroxismo uma crise identitária que tinha nascido cerca de um século antes. Nessa conjuntura de incerteza reflexiva, o protagonismo de Juan José de Áustria, elevado ao estatuto de salvador e de restaurador da pátria face à ameaça de uma nova «perda de Espanha», constitui um observatório esclarecedor e que permite escapar à rígida alternativa entre «antigo» e «moderno»<sup>1</sup>. Entre as inúmeras figuras tutelares que a publicística lhe atribuiu, as de Moisés, Prometeu e «Salomão oblíquo» permitem analisar, a partir de uma leitura identitária, a sua actuação política, antes e depois da sua chegada ao poder. Juan José de Áustria aparece tanto como foco de projecção ou de redefinição de identidades, por vezes dissonantes, como líder ou cristalizador de combinações identitárias inéditas que se manifestam através da epifania de um espaço público original que não se confunde nem com a esfera aclamativa do serviço ao rei, nem com a esfera das Luzes.

Os assaltos ao poder levados a cabo por Juan José de Áustria, em especial os que foram realizados através da utilização da arma tipográfica, podem

---

<sup>1</sup> Sobre o protagonismo de Juan José de Áustria, cf. Gabriel MAURA Y GAMAZO, *Carlos II y su Corte*, Madrid, Tipografía de la Revista de Archivos, Bibliotecas y Museos, 1911-1915, 2 vols.; Fernando SÁNCHEZ MARCOS, *Cataluña y el gobierno central tras la Guerra de los Segadores*, Barcelona, Edicions de l'Universitat de Barcelona, 1983 e Albrecht KALNEIN, *Juan José de Austria en la España de Carlos II*, Lérida, Milenio, 2001.

ser vistos como constelações textuais heterogêneas – autênticas *guerres de plumes* – que lhe permitiram resistir sem desobedecer abertamente, facilitando-lhe também uma ascensão no seio dos *arcana imperii* contra a vontade da regente, obrigada a ceder sem demonstrações de violência. Neste processo, a questão identitária foi central, na medida em que cada facção tentou monopolizar a «marca de hispanidade». Contudo, para além das reivindicações que reactivaram componentes tradicionais, a dinâmica textual actuou como um *melting pot* identitário, situando esta abordagem num contexto de novas coordenadas. Isto é, em termos de identidade processual, interactiva e relacional, essa dinâmica textual foi arrancada a um horizonte territorial estritamente local. Além disso, o choque de culturas e de posturas autorais no calor das polémicas produziu interferências entre discursos e linguagens de índole bastante diversa (jurídica, histórica, encomiástica, polémica, escolástica, religiosa) e questionou a submissão sistemática à tradição das autoridades no terreno da eficácia prática.

Neste artigo procurarei esclarecer em que medida as *guerres de plumes* que foram orquestradas por Juan José de Áustria se relacionam com a problemática identitária e de que forma as dinâmicas textuais, por um lado, e a trama dos canais de mobilização, por outro, construíram públicos e agrupamentos colectivos heterogêneos e inéditos à escala da Península Ibérica. A epifania de um espaço público original tende a rearticular as relações entre o rei e a comunidade política, o que nos leva a analisar, num segundo momento, o inédito corpo político que se foi desenhando à medida que se desenrolavam as *guerres de plumes* de Juan José de Áustria. Este tipo de análise permitirá tornar visível a arquitectura conjuntural de Espanha que nasceu da aliança *juanista*, bem como superar a oposição moderno/antigo. Desta forma, num terceiro momento, examinarei – a partir do imperativo da governabilidade – de que modo o aparecimento de um corpo político comunicacional reformulou a questão da identidade em termos de articulação da Monarquia e do estilo de governo, com uma incursão até ao terreno prático.

As *guerres de plumes* da minoridade de Carlos II consistiram numa série de polémicas de libelos que opuseram as várias facções que se agruparam em torno das figuras que as encabeçaram: de um lado, Juan José de Áustria; do outro, os validos da regente Mariana. O *corpus* em questão integra cerca de dois mil papéis de cariz muito heterogêneo (cartas abertas, manifestos, sátiras, avisos, memoriais, sermões, hieróglifos, gazetas, etc.), os quais defendem ou combatem o partido de Juan José de Áustria. Através da contextualização precisa de cada texto, esta configuração dual permite reconstruir várias sequências de libelos, sequências essas articuladas em torno de um objectivo único, que se relaciona com a evolução do equilíbrio de forças. Estas *guerres de plumes* constituem o nervo das «campanhas de opinião» que, além da publicística, envolveram outras modalidades de

mobilização, como foi o caso das marchas sobre Madrid, dos rumores ou das discussões políticas<sup>2</sup>.

Ao apresentar-se quer como a vítima propiciadora de um governo inócuo, quer como o conselheiro perfeito em prol do bem público, Juan José de Áustria escondeu uma querela pessoal atrás de problemas de índole mais geral (problemas institucionais, respeito pelos foros, definição da soberania), de modo a que a sua representação atingisse todos os debates em curso acerca da Monarquia<sup>3</sup>. Esta retórica permitiu resistir, mas sem desobedecer abertamente, e transformou uma luta de facções num movimento de opinião à escala da Península, fazendo-o em três etapas. Primeiro, a *facção*, um agrupamento heteróclito de pessoas descontentes que tentam alcançar o seu objectivo através da intriga. Em segundo lugar, o *partido*, o qual se constitui mediante um processo de «desingularização» da causa de Juan José de Áustria. Este processo permite expor, sob a forma de um manifesto, reivindicações claras e susceptíveis de conseguir angariar mais partidários. Durante estas etapas, são fundamentais as redes clientelares e a sociabilidade entre indivíduos que se conhecem e integram um mesmo âmbito social e cultural. Este partido transformou-se num movimento de opinião a partir do momento em que, superando-se a lógica das redes, foram escritos libelos para convencer públicos heterogéneos. Estes libelos defendiam interesses categoriais ou dirigiam-se em simultâneo a diversos destinatários, multiplicando, num mesmo escrito, os registos de cultura, de idioma e de crença. Este dispositivo permitiu incluir novos grupos sociais e diversificar os modos de adesão.

A partir das dinâmicas de publicação, estas *guerres de plumes* rearticularam as relações entre o rei e a comunidade política com claras implicações identitárias. Primeiro, porque o tema da identidade estabelecia a base da disputa. Ao definir-se como o partido dos «verdadeiros espanhóis, amantes da pátria», cada facção desqualificava os seus adversários, estigmatizando-os como inimigos públicos portadores de uma inegável alteridade. Esta dinâmica reactivava certas componentes tradicionais de definição de uma «hispanidade», mediante uma série de oposições: catolicidade contra heresia e o seu correspondente político, prudência cristã contra um maquiavelismo semelhante a um ateísmo político<sup>4</sup>; traidores contra amantes da

---

<sup>2</sup> Héloïse HERMANT, *Guerres de plumes. Publicité et culture politique dans l'Espagne de la fin du XVII<sup>e</sup> siècle*, Madrid, Casa de Velázquez, 2012. O livro inclui um catálogo cronológico dos milhares de papéis recolhidos em bibliotecas e arquivos europeus e americanos.

<sup>3</sup> REAL ACADEMIA DE LA HISTORIA [RAH], 9/643, ff. 217-274 (Voto de la verdad); RAH, 9/3600, ff. 83/85 (Censura del memorial de España por un extranjero afecto a España); ARCHIVO HISTÓRICO NACIONAL [AHN], Estado, Livro 912, ff. 106-113 (La libertad de los ojos, ingenuidad de la lengua).

<sup>4</sup> Alguns textos difamatórios acusaram Nitardo de ser luterano – BIBLIOTECA NACIONAL DE ESPAÑA (BNE), Ms. 2582, f. 146 (Esdrújulos al rey) e Valenzuela de ser muçulmano: BNE, Ms. 22.659, f. 39 (Gran Turco y su Mahoma).

pátria<sup>5</sup>; defesa das virtudes próprias de um génio espanhol contra o triunfo do amor-próprio, caixa de Pandora dos vícios<sup>6</sup>. Estas oposições remetiam explicitamente para o esquema Perda/Restauração de Espanha, esquema esse que retratava os acontecimentos como castigo divino perante a quebra dos genuínos valores espanhóis. Destaca-se, entre outros do mesmo género, o *Libro nuevo de la Perdida de España por Mariana*, no qual se condena uma Corte infernal sob o jugo de um «Duende»<sup>7</sup> anticristo e se dispara contra uma «Rainha-Ruína», acabando por se desembocar no apelo a um Juan José de Áustria restaurador da pátria<sup>8</sup>. Fundamentalmente, os actores desenham um retrato identitário comum centrado na noção de fidelidade a Carlos II, que insiste na pertença intrínseca a um corpo político-místico cimentado pelo amor ao rei. Estas componentes rearticulam-se no sentido de deslindar a gramática dos sentidos de pertença. Na realidade, esta identidade católica abarcava duas leituras políticas que disputavam entre si o monopólio da verdadeira Espanha. De um lado, uma visão que se apoiava numa ideia de majestade susceptível de acolher a figura de um rei autoritário de índole soberanista<sup>9</sup>. Do outro, uma visão que promovia um governo jurisprudencial e respeitador dos conselhos e dos foros, tal como se depreende das cartas abertas de Juan José de Áustria<sup>10</sup>.

O segundo vínculo com a problemática da identidade é a tomada de consciência do poder aglutinador da publicística, meio que permitia transcender o habitual «jogo cortesão» e passar para um movimento de opinião mais alargado. Tanto em 1668 quanto em 1675 Juan José de Áustria organizou uma campanha de opinião para defender os seus interesses, mobilizando as elites políticas em nome do bem público e do amor ao rei e à pátria<sup>11</sup>.

<sup>5</sup> Alguns papéis apresentam Juan José de Áustria como um afrancesado e apoiado por catalães suspeitos: BNE, Ms. 8349, ff. 9r (Avisos de Barcelona). Outros denunciam os validos estrangeiros (Nitardo como alemão e Valenzuela como um italiano necessariamente maquiavelista), cuja condição e natural afecto pelo seu senhor originário impossibilitava que pertencessem ao corpo político-místico espanhol: BNE, Ms. 8180, ff. 185r-230v (Exortacion cristiana y politica al señor don Juan de Austria).

<sup>6</sup> BNE, Ms. 18.211, ff. 23v-25v (Sátira contra Valenzuela).

<sup>7</sup> Alcinha de Valenzuela.

<sup>8</sup> AHN, Estado, libro 880. Uma sátira em títulos de comédias associa Don Juan à «Restauracion de España» e Nitardo à «Perdicion de España». BRITISH LIBRARY [BL], Egerton [Eg.], Ms. 567, 105r (Desvelo de Juan Rana).

<sup>9</sup> BNE, Varios Especiales [VE], 190-8 (Carta escrita por Don Toribio Asturiano, en 13 de marzo de 1669)

<sup>10</sup> BNE, Ms. 2033, ff. 1r-1v (Carta de Consuegra de Su Alteza); BNE, ms. 8355, ff. 146r-151v (Copia de cartas escritas por Su Alteza en orden a la expulsión de estos reinos del Padre Juan Everardo desde la Torre de Lledó); BNE, VE, 67-73 (Copia de dos cartas del serenissimo señor don Juan de Austria. Barcelona 22 y 23 de enero de 1669); BNE, VE 189-72 (Copias de las cartas que Su Alteza escribió a Su Magestad y ministros de la Junta de Gobierno y consejeros de Estado en 22 de febrero de 1669).

<sup>11</sup> Em 1668-1669, através de uma série de cartas abertas impressas, Juan José de Áustria exortou os ministros e as cidades com voto nas Cortes a manifestarem-lhe o seu apoio e a

Juan José tentou captar a legitimidade dos conselheiros em benefício próprio, tendo em vista alcançar a queda em desgraça dos validos. Ao «desingularizar» a sua causa, superou os conflitos pessoais que o opunham às criaturas da regente e alcançou o apoio das elites políticas que conseguiam influenciar, a partir do interior, os conselhos da Monarquia. A tarefa não era difícil, já que as mudanças institucionais introduzidas por Mariana tinham marginalizado as elites tradicionais. No entanto, o seu esforço assumiu um rumo inesperado ao abarcar um público mais amplo do que o programado, desenlace que acabou por mudar o sentido e as implicações do episódio. As marchas sobre Madrid tornaram patente o envolvimento de um público muito mais alargado. Estas paradas militares deviam manifestar a determinação e a coesão das elites em torno de Juan José de Áustria. Em cada etapa das marchas, também recebeu provas da adesão maciça do povo, entendido tanto como massa da população, como conjunto das comunidades locais. Juan José de Áustria foi encenando tal consenso através de uma linguagem ritualizada que «capitalizou» esta força<sup>12</sup>. Assim, Juan José encontrava-se à cabeça de um amplo movimento de opinião que transcendia o espaço curial até passar a incluir todos os sectores da sociedade. Como consequência, em 1669 as duas facções ganharam consciência do amplo apoio desfrutado por Juan José de Áustria, tanto para se regozijarem, como para lamentarem ou para confessarem o temor de um levantamento geral<sup>13</sup>. Em 1677 o receio de uma guerra civil não tinha diminuído. As festas celebradas em diversas zonas da Monarquia, organizadas pelas autoridades locais para comemorar a elevação de Juan José de Áustria à dignidade de primeiro-ministro, configuram uma narrativa em que as manifestações generalizadas de alegria eram orquestradas de acordo com as habituais cenografias simbólicas<sup>14</sup>. Os sermões pronunciados perante um amplo público (em Santa María del Mar de Barcelona, por exemplo) receberam aclamações de aprovação e orientaram o significado do episódio, tornando Juan José de Áustria não só um herói, mas também um salvador<sup>15</sup>. Contudo, já antes das marchas,

---

pedirem o exílio do *valido*. Em 1675-1676 apresentou-se como o líder da *grandeza*, uma elite natural que se encontrava então frustrada pelas práticas arbitrarias da rainha-mãe, ao mesmo tempo que deu coerência a publicações panfletárias destinadas a negociar uma nova divisão da soberania.

<sup>12</sup> BNE, R-38.033, pp. 47-48 (Excelmo Señor. El haber excusado embarasar a Vuestra Excelencia...); BNE, ms. 18.443, ff. 237r-242r (Relación del viaje del Señor don Juan de Austria desde Zaragoza a Madrid).

<sup>13</sup> ARCHIVIO SEGRETO VATICANO [ASV], Segretaria di Stato [Seg. Stato], Spagna, 138, f. 94r (Carta del Nuncio, 9 de febrero de 1669).

<sup>14</sup> BIBLIOTECA DE CATALUNYA [BC], Fullets Bonsoms [FB], 225 (Relación breve y por mayor, de las demonstraciones de alegría con que Barcelona celebros la llegada a la Corte del príncipe don Juan de Austria, Barcelona, 1677); BNE, VE, 194-35 (Relación verdadera en que se refiere el notable regocijo que tuvo la Villa de Madrid el 23 de enero de 1677).

<sup>15</sup> BC, FB, 227: Francisco SOBRECASAS, *Oración congratulatoria*, Barcelona, 1677; Juan Antonio de SANDOVAL, *Oración panegyrica en acción de gracias al Espíritu Santo*, Barcelona, Figuero, 1677.

alguns grupos ou indivíduos não solicitados por si próprios nas *guerres de plumes*, tinham-se imiscuído no assunto. É o caso dos dominicanos, que atacaram Nitardo em 1669. Fizeram-no como parte de um ajuste de contas com os jesuítas e procurando compensações corporativas. Longos fragmentos de texto construíram blocos independentes na querela que servia agora de tribuna para um discurso que, ainda que fortalecesse a causa de Juan José de Áustria, não o fazia de maneira prioritária<sup>16</sup>. Já para não mencionar um interesse generalizado pelos papéis *juanistas*, os quais se acumularam sob a forma de monumentais colecções no momento em que os acontecimentos de desenrolavam, papeis esses que, actualmente, se encontram depositados em diversos arquivos e bibliotecas<sup>17</sup>. A surpresa inicial de Juan José de Áustria deu rapidamente lugar a uma adaptação/orquestração desse êxito, o que mostra que a «opinião» se revela a si própria de uma maneira processual.

Esta ampliação dos públicos pode ser comprovada através do testemunho das duas facções que fizeram eco do amplo apoio a Juan José de Áustria e devido à evolução do conjunto de destinatários dos publicistas que, no final da luta, se esforçaram por cativar um público mais amplo do que o alcançado pelos primeiros textos<sup>18</sup>. Vários indícios são reveladores: a emergência do tema da injusta repartição dos impostos, a inflexão dos universos culturais dos textos (os autores escolhem, prioritariamente, referências – Bíblia, comédias, calendários – que não excluía nenhum público, muito pelo contrário, aglutinavam-no), o aumento do número de pasquins à disposição dos transeuntes, etc. Esta dimensão original não escapou aos adversários de Juan José de Áustria, como evidencia a amargura presente nas seguintes linhas:

«Ya han inficionado el aire con las repetidas quejas que en torno de lastima introducen en las conversaciones de los mal entendidos, y enseñan a los niños, y a las mujeres, y a quantos componen el vulgo, para que no haya rincón donde no se escuchen los clamores contra el gobierno. (...) Para su fin han buscado razones y lenguajes acomodados a la diversidad de los genios, para que cada uno según el suyo tenga prontas las voces para el aleve grito»<sup>19</sup>.

É possível que o exemplo mais relevante do que acabámos de afirmar seja proporcionado pelo manifesto de Torrejón de Ardoz<sup>20</sup>. Nesse texto Juan

<sup>16</sup> BNE, VE, 31-64 (Un caballero de la Corte de Madrid escribe a un religioso Dominicano); BNE, Ms. 2034, ff. 45r-46r (Carta de San Ignacio de Loyola) e ff. 46-47v (Carta del Serafín Francisco para San Ignacio; Esdrújulos contra los que escribieron la carta de San Ignacio).

<sup>17</sup> BNE, Ms. 2034; 6384 e 18.443; BL, Eg. 327; Eg. 354.

<sup>18</sup> BIBLIOTECA DEL PALACIO REAL [BPR], II-1147, ff. 184r-190r (Voto que hizo a Su Alteza don Juan José de Austria uno de los tres grandes que fueron a Yta). O nuncio Millini fala em revolução para qualificar os acontecimentos de 1676-1677 e evoca o crescendo *nel timbre d'una violenta sollevazione* (ASV, Segr. Stato, Spagna, 148, ff. 135r-135v).

<sup>19</sup> *Memorial a la reina, Semanario Erudito*, t. X, p. 260.

<sup>20</sup> AHN, Estado, libro 912, ff. 214r-217r (Cartas de Su Alteza para Su Magestad y marqués de Aytona y carta que Su Magestad mando responder a Su Alteza).

José descreve-se como o defensor dos espanhóis oprimidos e como o porta-voz dos *pecheros*<sup>21</sup>, mártires da crise económica agravada pela incompetência de Nitardo. Juan José de Áustria chegou mesmo ao ponto de se arriscar a irritar os seus aliados da nobreza: depois de ter afirmado que representava o povo oprimido, a partir de Fevereiro passou a dirigir-se directamente a esse povo. Em 1677 é perceptível uma inflexão parecida nos sermões, nas relações de festas e nos libelos. Isso mesmo é demonstrado por um impresso que relata, através de um hieróglifo, a captura de Valenzuela no Escorial, substituindo algumas palavras por gravuras inspiradas no *juego de la oca*, jogo popular por excelência, em contraste com o xadrez<sup>22</sup>.

Os modos de circulação contribuíram para o alargamento do leque dos destinatários. Os protagonistas activavam estruturas de comunicação já existentes, agudizando-as e transformando-as. Assim, e como complemento à trama institucional dos conselhos e das cidades com voto nas Cortes, Juan José de Áustria recorreu a uma rede de aliados construída ao longo da sua trajectória política: amizades militares, grandes de Espanha, ministros, eruditos e religiosos. Além disso, em cada etapa das suas marchas sobre Madrid Juan José conseguiu agrupar um público heterogéneo que abarcava todos os sectores da sociedade. Ele próprio convida a ter em conta as dinâmicas de comunicação verticais que ligavam os seus partidários e as suas clientelas à geografia dos senhorios. Porém, não nos podemos esquecer das dinâmicas horizontais que correspondem à circulação através dos círculos cortesãos ou das redes eclesiais, sobretudo os trinitários, dominicanos e franciscanos, abertamente favoráveis a Juan José de Áustria. Em finais de 1668 a intensiva difusão de libelos era um tema que muito preocupava os *nitardistas*, ansiosos por os ler a fim de poderem responder aos ataques, facto que levou à integração da poderosa rede jesuíta no círculo das *guerres de plumes*<sup>23</sup>. Por último, lógicas mais informais também intervieram nos círculos de sociabilidade e nas redes de troca de informação que nasceram no século XVII, na sequência de uma inesgotável ânsia por notícias, indissociável do aparecimento dos «avisos». Os movimentos de opinião apoiam-se num mercado da informação que já existia e cuja matriz era a carta. Além disso, os círculos de sociabilidade e as redes de intercâmbios entrecruzavam-se. Enquanto vice-rei da Aragão, Juan José de Áustria travou amizades sólidas com um grupo de eruditos que contava com um núcleo principal em Saragoça, e com núcleos menores em Huesca e em Barcelona. A sua brilhante corte, o mecenato, a criação de uma academia literária e o protagonismo do seu secretário Francisco Fabro Bremundan desempenharam um papel-chave na constituição

---

<sup>21</sup> N.T. – A palavra *pechero*, neste contexto, refere-se àqueles que não estavam isentos de pagar impostos.

<sup>22</sup> ASV, Segr. Stato, Spagna, n.º 149, f. 645r.

<sup>23</sup> A correspondência de Nitardo com os jesuítas de Espanha dá conta disso: RAH, 9/7190.

e na consolidação desta rede<sup>24</sup>. Em 1668-1669, o círculo de Saragoça participou na difusão dos textos *juanistas* e transformou-se numa verdadeira plataforma de informação ao serviço de Juan José de Áustria.

Estas dinâmicas convergiram e proporcionaram a todos o acesso aos libelos. Apesar de os textos circularem sobretudo na corte e de forma manuscrita, a distância que Juan José de Áustria mantinha em relação a Madrid favorecia os rumores, graças ao constante vaivém dos emissários entre a capital e Barcelona ou Saragoça. A capital transformou-se num centro fervilhante de discussões, de notícias verdadeiras e falsas. É necessário também ter em conta outras dinâmicas, como por exemplo as que se relacionam com as imperfeições dos círculos iniciais de difusão, mas também o protagonismo de indivíduos que utilizavam a polémica com fins próprios, introduzindo novos protagonistas no conflito, tanto como actores como enquanto espectadores/leitores, através de indiscrições e operações de sabotagem. Aproveitando-se do interesse de sectores cada vez mais amplos da população pelos temas políticos, estas indiscrições remetiam também, amiúde, para as lógicas mercantis, nas quais a venda ia substituindo a distribuição<sup>25</sup>. Nas cidades, por outro lado, desenvolveram-se plataformas de comunicação como os *mentideiros* ou as *losas del palacio* em Madrid, os quais se afirmam como verdadeiros dispositivos híbridos que misturavam a palavra, os textos e os rumores<sup>26</sup>.

Ao abrigo de um dever de resistência entendido como fidelidade suprema, e da reactivação discreta da noção de *civitas republicana*, a mobilização publicitária projectava os indivíduos num âmbito que ultrapassava o horizonte local<sup>27</sup>. Ao inscrevê-los num espaço mais amplo e homogéneo – um espaço textual desmaterializado – a partir de um vínculo local, a dinâmica muda a percepção do «viver juntos» que constitui, nem mais, nem menos, a essência do nexu político. Desse ponto de vista, as marchas sobre Madrid plasmavam uma comunidade em construção política, que englobava os indivíduos oriundos de vários horizontes que se envolviam a partir de fundamentos heteróclitos e com distintos modos de adesão. Certos grupos efectuaram uma leitura política dos acontecimentos, expressa de um modo simbólico ou mediante um discurso, como foi o caso dos habitantes de Vallecas em 1669. Organizados em corporações, vieram ao encontro de Juan José de Áustria para defender os interesses da sua localidade, propondo-lhe, em troca, deixar de abastecer Madrid<sup>28</sup>. Além disso, a composição social ou

<sup>24</sup> Albrecht KALNEIN, «Erúditos de Aragón y don Juan José de Austria», *Revista de Jerónimo de Zurita*, n.º 59-60 (1989), pp. 39-56.

<sup>25</sup> BNE, Ms. 2034, ff. 27r-30r (Escapate de don Babiles para entretenimiento de las Navidades, Barcelona por Esteván Liberos).

<sup>26</sup> Para um estudo detalhado dos circuitos de difusão ver H. HERMANT, *op. cit.*, cap. IV.

<sup>27</sup> RAH, 9/1058, ff. 228r-231v (No puede el cuerbo ser mas negro).

<sup>28</sup> G. MAURA Y GAMAZO, *op. cit.*, p. 25.

reinícola das duas marchas, envolvendo aragoneses, catalães, valencianos e castelhanos, era eloquente<sup>29</sup>, e a matriz textual corroborava esta ideia. O conjunto dos colectivos dos quais Juan José de Áustria se auto-proclamava porta-voz, nas suas cartas abertas, reflectia a aglutinação de públicos e a mudança de escala da projecção política: os conselhos, os reinos, as cidades, a nobreza, os militares, Madrid, os pobres vassallos oprimidos, Deus e Espanha. Desta forma, ao mesmo tempo que vinculava, Juan José de Áustria individualizava comunidades de leitores e núcleos de articulação identitária de índole diversa (reinícola, local, social, etc.). O potencial da recomposição identitária manifestava-se também através da divisão que Juan José de Áustria provocou dentro da maioria dos grupos pré-existentes. Havia duas nobrezas<sup>30</sup>, os conselheiros estavam divididos<sup>31</sup>, marcavam presença jesuítas anti-nitardistas<sup>32</sup>, aragoneses e catalães marianistas<sup>33</sup>, *pecheros* valenzuelistas<sup>34</sup>, etc. Em suma, a eclosão de um movimento de opinião acabou por exacerbar as tensões inerentes à dimensão plural dos indivíduos, desestabilizando a hierarquia interna dos sentidos de pertença e produzindo polarizações diferenciadas de acordo com os indivíduos e os contextos<sup>35</sup>.

<sup>29</sup> Juan José de Áustria saiu de Saragoça a 2 de Janeiro de 1677 com um reduzido número de homens. Em Ariza, a tropa constava de 6 mil homens (aragoneses, catalães e valencianos). Em Hita, 18 Grandes, acompanhados por 2 mil homens juntaram-se ao núcleo *juanista*. Perto de Madrid, os efectivos rondavam os 12 mil indivíduos originários de todos os reinos. Antonio ÁLVAREZ OSSORIO, «Fueros, Cortes y clientelas: el mito de Sobrarbe. Juan José de Austria y el reinado paccionado de Aragón (1669-1678)», *Pedralbes*, n.º 12 (1992), pp. 239-292.

<sup>30</sup> A oposição acentuou-se durante o valimento de Valenzuela, em torno do antagonismo entre a nobreza de serviço e a nobreza de sangue, antagonismo agravado por questões de oportunismo político e de clientelismo. O tema das duas nobrezas é recorrente na publicística: BNE, Ms. 9680, ff. 24r-25v (La nobleza consulta el oráculo de Jupiter); BL, Eg. 567, ff. 73r-74v (Romance que se cuenta en metáfora de aves). Em 1676-1677 o Almirante de Castela, o Condestável, o marquês de Agropolí e o de Astorga eram anti-*juanistas*.

<sup>31</sup> Em 1669 o Conselho de Estado e o de Castela publicaram consultas em apoio de Juan José de Áustria (BNE, Ms. 8349, ff. 10v-14v e Ms. 8349, ff. 134v-135v). Na Junta de governo, o Marquês de Aytona e Nitardo hostilizavam Juan José de Áustria, enquanto o cardeal de Aragão e Crespí de Valldaura eram *juanistas*.

<sup>32</sup> A correspondência do Geral da Companhia de Jesus, Juan Pablo Oliva, é reveladora das reservas das autoridades de Roma, bem como de alguns jesuítas de Madrid, perante a omnipresença de Nitardo: ARCHIVUM ROMANUM SOCIETATIS IESU [ARSI], Assistentia Hispanae, Hisp. 92 (Cartas del padre Jacinto Pérez al General Juan Pablo Oliva).

<sup>33</sup> Disparamos de vários exemplos da correspondência entre o regente do Conselho de Aragão Crespí de Valldaura e o jesuíta Andrés Mendo: ARCHIVO HISTÓRICO DE LA UNIVERSIDAD DE VALLADOLID [AHUV], Fondo de don Juan de la Torre Orumbella, legajo 9621, s.n.

<sup>34</sup> O arquitecto José de Olmo, protegido por Valenzuela, mobilizou pedreiros e carpinteiros para vigiar a capital e para impedir que Juan José de Áustria regressasse a Madrid depois do fracasso do seu encontro com o irmão, em Novembro de 1676: Beatriz BLANCO ESQUIVAS, «Sobre el debate entre arquitectos profesionales y arquitectos artistas en el barroco madrileño. Las posturas de Herrera, Olmo, Donoso y Ardemans», *Espacio, Tiempo y Forma. Serie VII*, n.º 4 (1991), pp. 159-194.

<sup>35</sup> Sobre esta concepção do indivíduo ver: Bernard LAHIRE, *L'homme pluriel. Les ressorts de l'action*, Paris, Nathan, 1998.

Os textos aragoneses e catalães *juanistas*, que sintonizam o discurso da Monarquia católica com a ideia da defesa das identidades pactuadas, constituem um bom observatório das recomposições identitárias registadas no quadro dessas polémicas. Ao celebrarem a nomeação de Juan José de Áustria como primeiro-ministro, alguns sermões e relações de festas evocaram a arquitectura de uma Espanha regenerada. Nestes textos, a matriz católica associou-se às alegações a favor dos particularismos reinícolas, conduzindo a uma nova perspectiva interna assente sobre novos pilares: Aragão e Catalunha. Despojada da sua tessitura centrada em Castela, a hermenêutica religiosa perdia o poder «deshistoricizante» e «desterritorializante» que tinha conseguido adquirir durante o reinado de Filipe II<sup>36</sup>. Ordenadas por uma gramática amorosa e ditadas por uma esfera celeste, as relações entre os súbditos e o rei remetiam para o imaginário do pastor com as suas ovelhas, ou para o do pai com os seus filhos, para que estes intercâmbios obedecessem a uma lógica de sacrifício recíproco, na qual, e em nome da salvação, o vínculo com o rei prevalecia sobre os demais<sup>37</sup>. Mas, neste caso, as identidades reinícolas captavam, em benefício próprio, os atributos da *monarchia in ecclesia*. Pensada em termos espirituais, a marcha de Saragoça para Madrid era vista como o trânsito milagroso da Nossa Senhora do Pilar até Atocha, propiciando a interação entre a pátria espiritual e a terrestre, que articulam o amor ao rei com o amor à pátria, dando prioridade à segunda, em termos de fidelidade<sup>38</sup>. A história organizada em torno da questão confessional volta a ser a epopeia do povo escolhido e vencedor das tribulações do tempo, mediante uma nova aliança com um rei pastor desdobrado nas figuras de Juan José de Áustria e de Carlos II, e calcado sobre o binómio Aarão-Moisés. O novo mito fundacional combina a auto-libertação do povo escolhido (*juanista*) com a libertação do rei encerrado numa corte infernal sob o jugo da madrasta e seu diabólico valido, para reafirmar o triunfo do *ordo amoris* conglomerante sobre o amor-próprio atomizante:

«Al poner el pie enjuto en el Retiro, Jordán aunque seco de mayores riesgos, no le miras a Su Alteza custodia y racional arca de más precioso tesoro que el que guardaba la del Testamento? Esta ocultaba el Manna que era sombra de la verdad del pan vivo que baxó de los Cielos; y aquella avia recibido la verdad misma en el cuerpo de Christo Sacramentado. Las tablas de la ley que Dios inviolable, escrita no en tablas de piedra sino en la carne purissima del

<sup>36</sup> A partir de Filipe II, a identidade católica associada à teoria do Império particular foi concebida com o objectivo de superar a falta de coerência do conglomerado territorial monárquico, graças à sua capacidade para dissolver os particularismos: Bartolomé CLAVERO, *Institución histórica del derecho*, Madrid, Marcial Pons, 1992.

<sup>37</sup> Pablo FERNÁNDEZ ALBALADEJO, «El pensamiento político. Perfil de una «política propia» in José ALCALÁ ZAMORA e Ernest BELENGUER (coords.), *Calderón de la Barca y España del Barroco*, Madrid, Centro de Estudios Constitucionales, 2003, vol. 1, pp. 82-104.

<sup>38</sup> RAH, 9/33656, 18 (Relaciones de las solemnes fiestas que la nobilissima y leal Villa de Magallon ha celebrado, Madrid, 1677); F. SOBRECASAS, op. cit.

coraçon más leal, y generoso con el dedo altissimo, que como ya he provado es el Espiritu Santo. La vara de Aaron que contenía el poder de un primer Assistente de la suprema cabeça de la Monarquia de Israel encerrava aquella, y esta incluía la authoridad de un hermano del Rey del Español dominio, para obrar prodigiosos contra enemigos de la fe y en beneficio de los vasallos (...). En imitar al Dios de amor soberano nuestro monarca Carlos Segundo, y al lado de su real persona Su Alteza se vincula el buen sucesso de sus operaciones»<sup>39</sup>.

O novo espaço catalão-aragonês aparecia como ponto de arranque de uma projecção imperial contínua e consubstancial à defesa da fé, a qual passava da recuperação de Madrid e da península à reconquista dos territórios perdidos e, até, à libertação de todas as terras dominadas pelos heréticos. Segundo um texto da época, o rei libertado, unido ao seu irmão e com o apoio da coroa aragonesa, iria

«Castigar[a] la loca fantasía / Del Albigense, y ciego luterano, / Que con fiereza indómита procura / Mantenerse en su secta falsa, y dura. // La obediencia del bravo Lusitano, Y de Holanda también, ver[a] felice; Del Orbe triunfara [s]u Invicta Mano, Que nada a [s]u Grandeza contradize: // (...) [S]u azero victorioso a ser se aplaze / Fatal eclipse a la Otomana Luna»<sup>40</sup>.

O padre Juan Antonio de Sandoval defendeu, também, o ideário do império particular assente sobre essa mesma matriz catalã-aragonesa:

«La bienaventurança eterna conseguirán los dos mejores hermanos de nuestros Reynos, que por sus virtudes heroycas merecen el titulo excelente de Dioses ego dixi diiestis & filii excelsi. Aclamaralos el mundo destruydores de los males comunes, restauradores del Español Imperio, reparadores de la Patria, a quien ilustraran con nuevos triunfos, unidos con laço indisoluble de amor para el venturoso logro de sus acertadas resoluciones»<sup>41</sup>.

O referido padre convida-nos a estudar mais detalhadamente a maneira como a epifania de um espaço público original tendia a rearticular as relações entre o rei e as comunidades políticas. O carácter conjunturalmente estruturante da publicística não só levava à expressão de particularismos identitários, como também favorecia que estes fossem tidos em conta e a constituição de um corpo político comunicacional percorrido pela informação, matéria de uma «nova Espanha».

As campanhas de opinião de Juan José de Áustria obrigavam os seus adversários a sair à cena pública. A amplitude das *guerres de plumes*

<sup>39</sup> Raymundo COSTA, *Oración panegyrica gratulatoria en la festiva, y cordial aclamación, que hizo la insigne Universidad de Valencia en la plausible... exaltación de... Don Fray Iuan Thomas de Rocaberti, Arçobispo de Valencia, Valência, Vicente Cabrera, 1695, pp. 10-11.*

<sup>40</sup> RAH, 9/33656, 18 (Breve relación de las fiestas y demonstraciones de alegría que se han hecho en la fidelísima ciudad de Barcelona, 1677).

<sup>41</sup> J. A. SANDOVAL, op. cit., p. 15.

evidenciava um vasto partido oposto aos *validos*, partido que os desacreditava, obrigando-os a deixar de ignorar os descontentes. Triunfar no campo da polémica era primordial, na medida em que as *guerres de plumes* deslocavam os equilíbrios de forças para os libelos e faziam crer na evolução tal como ela se reflectia no espaço da publicística. A mudança na atitude de Nitardo ilustra este facto de forma eloquente. Depois de um teatral «momento de silêncio», não tinha alternativa e era obrigado a responder, a contragosto, com uma famosa consulta<sup>42</sup>. Triunfar no campo da polémica e convencer a opinião era, portanto, fundamental, na medida em que as *guerres de plumes* deslocavam os equilíbrios de forças para os libelos e faziam acreditar na evolução tal como ela se reflectia no espelho da publicística. Assim, as sátiras representavam validos vaiados, ridículos e débeis, sem que a rainha pudesse mudar, de maneira alguma, esta tendência. Essa impotência confirmava a impunidade dos *juanistas*, que se aproveitavam da situação para alimentar o medo de um levantamento geral que acabasse por paralisar o governo. Da mesma maneira, os textos polémicos e as marchas fortaleciam-se mutuamente: a marcha proporcionava a matéria do discurso para os libelos, tornando-a uma prova da realização dos desígnios da Providência e estabelecendo uma dinâmica interactiva<sup>43</sup>. O aparecimento da publicística como elemento estruturante do jogo político fragilizava o regime da autoridade. A intervenção no âmbito público colocava em evidência a oposição entre um regime de autoridade (por parte da rainha e dos seus validos) e um regime de persuasão (por parte dos *juanistas*) que assentava na impertinência, fazendo estremecer as bases do regime absoluto. O sistemático recurso ao anonimato, nos papéis produzidos pelos dois lados, «desautorizava» a autoridade de uns «graves magistrados» cujos argumentos escolásticos e referências à Bíblia eram ignorados ou desbaratados pela má-fé. A polémica conduzia ao confronto entre a cultura jurídica e a cultura escolástica, entre a cultura nobiliárquica e a cultura clerical, fazia com que o registo burlesco colidisse com o registo grave, e a difamação com a autoridade, de modo a tornar-se um dispositivo em que as competências, os saberes e os estatutos relacionados com esses saberes voltavam a ser classificados segundo as regras que iam sendo inventadas no decorrer da disputa.

Além disso, os *juanistas* associaram a arbitrariedade da rainha ao segredo e este à tirania. Esta associação aparece claramente no *corpus* dedicado à questão de Malladas e do *garrote mal dado*, no qual o segredo que rodeou a execução deste indivíduo abriu caminho à violação não só dos *foros* – Malladas era aragonês –, mas também dos deveres do rei justiciero, obrigado que estava a pronunciar a sua sentença no seu conselho<sup>44</sup>.

<sup>42</sup> BNE, Ms. 18.208, ff. 51r-62r (Copia de una consulta que hizo el señor Inquisidor General).

<sup>43</sup> BNE, Ms. 18.443, ff. 237r-242r (Relación del viaje del Señor don Juan de Austria desde Zaragoza a Madrid).

<sup>44</sup> BNE, Ms. 18.208, ff. 26r-31v (Representación a la reyna).

Ao denunciar a opacidade dos *arcana imperii*, Juan José de Áustria defendia, num discurso performativo, uma suposta prática de transparência com a intenção de demolir a coerência da rede *nitardista*. Ao publicar consultas e votos de ministros, Juan José abria uma fenda no espaço sacralizado da polissi-nodia<sup>45</sup>. Estas mudanças no campo da circulação de informação modificaram a natureza destes escritos, os quais passaram a ser subversivos ao integrarem-se na polémica, além de terem desestabilizado as autoridades. Prova suficiente são as lamentações de um *nitardista*:

«¿Cómo se ha divulgado este voto? ¿Esto es consejo abierto? ¿Esto es juego de niños? ¿Dónde está el secreto y el misterio sagrado de los consejos de España? ¿Dónde está la gravedad de aquellos autorizados senadores y aparece que aquellos magistrados heroicos se han trocado en matachines y figuras de entremeses pues si ellos profanan sus deliberaciones que mucho que los Esportilleros los desprecien y quieran dar su parecer?»<sup>46</sup>.

Desta forma, a ambígua rejeição do segredo por parte de Juan José de Áustria espoletou uma reflexão sobre a importância da comunicação entre o rei e os súbditos, o que abriu caminho não só à expressão de particularismos identitários, mas também à sua tomada de consciência e à potencial constituição de um novo corpo político concebido como um corpo comunicacional percorrido pela informação. Alguns libelos elogiaram a sátira ou o *boato*, imprescindíveis na medida em que revelavam os problemas antes de que estes degenerassem em situações mais graves. Ao ter um conhecimento intuitivo das normas não-escritas, o *populus* transformava-se num instrumento para alcançar fins superiores. A opinião pública e a censura eram as duas caras de uma moeda sem anterioridade da primeira. Em 1676, alguns autores de libelos mostraram as virtudes de «tomar a palavra» dentro dos limites da prudência cristã e, até, do boato<sup>47</sup>. Em relação ao autor da *Exortación cristiana*, este suplicou a Carlos II que, para dar conta das «quejas de los pueblos» e das «violencias sufridas por los pobres oprimidos por los poderosos, (...) se establezca un legislador para avisar a los gobernadores»<sup>48</sup>. Trata-se de institucionalizar um canal para transmitir os sofrimentos do povo, mas fazendo-o diariamente e sem dificuldades. Nesse mesmo ano, alguns publicistas propuseram transformar as Cortes na pedra angular do processo de decisão política. Esta assembleia foi apresentada como a única instituição que representava fielmente a totalidade do reino, bem como a única capaz de apresentar aos governantes, de uma maneira exaustiva, as

<sup>45</sup> BNE, Ms. 8349, ff. 20r-24r (Voto singular de Antonio de Conteras).

<sup>46</sup> BNE, Ms. 7787, f. 47r.

<sup>47</sup> *La libertad de los ojos*, op. cit.; BNE, Ms. 2034, ff. 61r-73r (Vida, muerte y milagros del Mariscal de Ancre).

<sup>48</sup> «Que con voces lastimeras pidan los pobres un refugio y que constituyáis un legislador que avise a los que gobiernan», *Exhortación cristiana*, cit., f. 218r.

queixas. Por esse motivo, tinham de ser convocadas e consultadas com frequência. Cada decisão do rei assemelhar-se-ia, então, a uma decisão justa tomada pelo monarca com o seu parlamento e os seus conselhos, a partir dos pontos escolhidos pela totalidade do corpo social mediante o filtro das cidades<sup>49</sup>. Este ideal de diálogo nunca interrompido fazia assentar a tomada de decisões no consenso dos povos, acabando por levar alguns autores de libelos a insistir na importância do consentimento do *populus*<sup>50</sup>.

Estas propostas permitem vislumbrar o advento de uma opinião concebida como instrumento de governo, tal como a definiu Sandro Landi<sup>51</sup>. Trata-se de um fenómeno ambivalente, desprovido de legitimidade num âmbito estruturado em torno do conceito de representação natural do conjunto por uma *melior pars*, ainda que voltasse a ser uma componente pouco definida no jogo político. Concebida como «saber do governo», a opinião tinha de ser canalizada, filtrada e interpretada por ministros competentes. Mas a opinião era uma realidade com duas faces. Tinha uma vertente mais inquietante enquanto arma política. Nas *guerres de plumes*, a constituição de um público amplo remetia para objectivos pragmáticos. A contextualização dos libelos, o objectivo que os publicistas conferiam a estes textos concebidos como vectores de acções políticas, na linha dos trabalhos de Christian Jouhaud<sup>52</sup>, sem esquecer o estudo da representação do «público» nos libelos em relação com o léxico que servia para o nomear, mostram que o «*povo*» aparece, antes de mais nada, para brandir a ameaça de um tumulto<sup>53</sup>. A sua mobilização e a ostentação do seu apoio proporcionaram armas ainda mais demolidoras a partir do momento em que os autores de ditos libelos se mostraram conscientes da emergência de um espaço polémico com as suas próprias leis. Entre 1676 e 1677 nota-se uma progressiva saturação do espaço da publicidade. Trata-se de algo que foi programado pelos publicistas, que se apropriaram de todos os géneros possíveis, politizando-os de maneira a que absorvessem a produção do momento (calendários, prognósticos, relações de festas, sermões, sátiras, avisos, hieróglifos, etc.). Esforçavam-se por ampliar

---

<sup>49</sup> «Son las cortes el antídoto contra las enfermedades publicas porque en ellas los pueblos libremente piden a los reyes justicia y los sabios y justos suelen concederles mucho atendiendo a sus clamores. Es el reino de las ciudades y villas para que puedan tratar de sus necesidades, participando sus propios negocios y intereses, y todos lo que toca al universal de la República. En ellas oyen los príncipes sus quejas y dolencias que de otra suerte no llegan a sus oídos: por este medio se descubren las injurias y robos cometidos contra la hacienda de sus vasallos», *ibid.*, f. 198v.

<sup>50</sup> «El peso de los negocios, los debe fiar [el rey] de aquel que (...) tenga mejor semblante y sea más amado de los pueblos, mas desinteresado, no negándose a la parte que pudiese manejar para irse haciendo cada día más capaz y realizando una superintendencia sobre todos, (...) sino que intervenga el consentimiento de sus pueblos», *ibid.*, f. 206v.

<sup>51</sup> Sandro LANDI, *Naissance de l'opinion publique dans l'Italie moderne*, Rennes, PUR, 2006.

<sup>52</sup> Christian JOUHAUD, *Mazarinades. La Fronde des mots*, Paris, Aubier, 1985.

<sup>53</sup> AHN, Estado, Libro 873, ff. 34r-64v (Papel de cierta persona religiosa que se precia mucho de político y estadista).

e por fortalecer um público polimórfico que estava então em expansão. Além disso, os publicistas cada vez mais planificavam as várias recepções dos seus escritos em função dos distintos públicos, integrando esse aspecto na trama dos discursos ao serviço da sua causa. Por último, nota-se também a presença de uma memória deste tipo de literatura de debate, a qual reelabora esquemas frequentemente reutilizados. Por isso, estas crispações textuais não têm apenas uma existência reiterada. Têm efeitos cumulativos visíveis no seio de um arco cronológico amplo. Deste modo, os publicistas mostram-se conscientes da existência de um espaço polémico próprio, bem como dos poderes da propaganda. O autor da *Carta en que se discurre nuevamente de las materias presentes* refere-se a isso sob a forma de uma alegoria:

«En el monte Liceo, que está en Arcadia, había una fuente milagrosa que se llamaba Agno; la qual si con blandura movían sus aguas con un ramo de enzina, al punto se levantaba una niebla espesa, congelandose y condensandose en nube, al punto llovía. El reino, compuesto de sus ciudades y Pueblos, es una fuente propiamente llamada Agno; porque Agnus quiere decir cordero; y estos por donde oyen la voz por allí se encaminan: componese de milagrosas aguas, de Grandes, Titulados, Ministros, Cavalleros e hijodalgos: el Pueblo es la enzima ; que ya sabe Vuestra Merced es símbolo de los hombres broncos, ásperos y duros, como son los de la Plebe: estos movidos con las voces y persuasiones de este, y de otros discursos semejantes causan tal efecto que levaban nubes que no solo pueden causar lluvias, sino que arrojen reinos con que se arruine el mundo»<sup>54</sup>.

Esta concepção implica um uso demagógico da palavra. O discurso aparece como uma tela nas mãos das elites tendo em vista ocultar a defesa dos interesses particulares sob o pretexto da defesa do bem público. Os publicistas pretendiam agir com a pena. Mostravam mais do que demonstravam, valendo-se da difamação, da ameaça e da burla. O essencial permanecia escondido da opinião comum, de modo a que houvesse uma multiplicidade de públicos que evoluíam paralelamente às lutas e que se relacionavam de maneira específica com cada facção. As interpretações e os diferentes níveis de leitura dos libelos nem sempre coincidiam. O movimento de opinião *juanista* aglutinava diversas opiniões e diversos tipos de adesão: oportunismo, instrumentalização, adesão radical, esperança messiânica, etc.

Daí que o corpo político comunicacional, que estava então a ganhar forma, não correspondesse a um diálogo entre o trono e a «opinião». As *guerres de plumes* delimitavam um espaço público codificado, no qual as opiniões eram formuladas, ouvidas e tinham impacto apenas de uma maneira discriminatória. Uma opinião anónima, independente da luta entre as facções, tinha condições para manobrar tendo em vista defender os seus interesses e impor as suas perspectivas. Em 1669, os granadinos redigiram

<sup>54</sup> BNE, Ms. 8347, f. 112r.

um conjunto de textos (um pasquim afixado na catedral de Granada, cartas das autoridades da cidade ao Conselho de Castela e, ainda, um *Memorial de Andalucía* impresso e divulgado em Madrid) em menos de dez dias<sup>55</sup>. Neste caso, verifica-se que Juan José de Áustria jamais interveio nesta produção textual, ainda que tenha ocupado o centro dos discursos: os textos granadinos oscilam entre a adesão e a instrumentalização. Demonstram que uma opinião anónima, independente dos interesses dos grandes, podia manipular tendo em vista defender os seus interesses e impor as suas perspectivas<sup>56</sup>. No entanto, o episódio da Chamberga de 1669 mostra os limites da expressão da opinião através das *guerres de plumes*. Aqui, a intervenção de uma palavra condenatória dos madrilenos, cansados das pendências do regimento, sobrevinha apenas através da instrumentalização de dois protagonistas que se tornariam porta-vozes, antes de mais para negociar com a regente: Juan José de Áustria e, depois, o Conselho de Castela. Com este objectivo, Juan José recorreu a uma carta aberta, enquanto o Conselho imprimiu consultas que transcreviam uma vez mais as queixas dos relatórios da *Sala de Alcalde e Corte*. Estas duas entidades auto-proclamadas «protectoras dos oprimidos» serviram-se da denúncia do regimento e utilizaram-na como trampolim. A eficácia dos libelos, escritos tanto por aqueles que tinham sofrido as exacções, quanto pelas elites políticas, voltava a ser utilizada para garantir, primeiro, a causa de Juan José de Áustria e, depois, a do Conselho de Castela. Assim, uma das principais forças do movimento de opinião *juanista* radicou na sua capacidade para absorver descontentes heterogéneos e para construir uma caixa-de-ressonância das opiniões à escala da Monarquia<sup>57</sup>.

De um modo geral, podemos afirmar que não existia uma «opinião» unitária, mas sim diversos públicos heterogéneos com diversos «habitus» sociais e culturais, que formavam variados registos de crença. A fim de fazer ouvir a sua voz, estes públicos não partilhavam nem a mesma legitimidade, nem o mesmo acesso à informação política ou aos canais institucionais. De forma simétrica, a publicidade procedente dos centros de poder assumia formas diferenciadas e, na sua maior parte, selectivas. Cada episódio fazia parte de um fenómeno social de maior amplitude que desestabilizava a Monarquia a partir do debate, da contestação oral e escrita, do apelo ao público em nome da representação dos reinos e, ainda, de uma reflexão dedicada à opinião entendida como categoria política. Assim, a dimensão sistemática e inédita destas *guerres de plumes* leva-nos a perguntar se não estava então a entrar em cena, de alguma maneira, um novo regime de publicidade. Tal regime implicaria a passagem de uma política de visibilidade

---

<sup>55</sup> AHN, Consejos, leg. 7179, n.º 11 e BNE, Ms. 2582, ff. 124r-129v.

<sup>56</sup> H. HERMANT, op. cit., pp. 299-303.

<sup>57</sup> Heloise HERMANT, «Pétitions, consultations, guerres de plumes: quel espace transactionnel dans une monarchie d'Ancien Régime? Le mouvement d'opinion contre le Régiment de la Chamberga (1669)», *Annales de l'Est*, n.º 57-2 (2007), pp. 43-70.

orquestrada pelo poder e dedicada à prescrição, para um espaço disputado onde imperava uma falsa transparência e no qual as autoridades já não eram tão vulneráveis, mas sim capazes de intervir no espaço público.

Por último, é importante sublinhar as implicações identitárias da epifania de um espaço público, recentrando a análise sobre a figura de Juan José de Áustria. A partir do imperativo da governabilidade, o aparecimento de um corpo político comunicacional recoloca e desdobra a questão da identidade em termos de articulação da Monarquia e do estilo de governo, com um deslocamento para o terreno da prática.

Com base na reivindicação de um maior protagonismo no governo universal por parte dos reinos e da grandeza, uma nova configuração de Espanha emergiu no meio dos dois polos identitários ainda vigentes: de um lado, um pan-hispanismo austríaco vampirizante; e, do outro, a exaltação de particularismos reinícolas virtualmente centrífugos e em luta uns contra os outros<sup>58</sup>. Um elenco de textos heterogéneos procurou então combinar a defesa das identidades pactuadas – que adquiriram, nesse período, um inegável relevo – com uma visão unitária expurgada de todo e qualquer castelhano-centrismo. Neste contexto, as raízes territoriais identitárias registaram significativas modulações na relação com a procura de uma *patria communis*<sup>59</sup>.

O relato do secretário de Juan José de Áustria, Fabro Bremundan, intitulado *Viage de Carlos II a Zaragoza*, deixa entrever isso mesmo<sup>60</sup>. A jornada do rei, em 1677, para jurar os foros aragoneses, surge como o desenlace da marcha de Saragoça a Madrid. Por outras palavras, aparece como a materialização política da aliança instaurada na basílica do Pilar. A trama narrativa estabelece uma visão unitária de Espanha, com uma abordagem

---

<sup>58</sup> Eva BOTELLA, «La constitución de los territorios y la invención de España: 1665-1700», *Estudis*, n.º 31 (2005), pp. 223-252.

<sup>59</sup> Tal não significa que a dimensão impugnatória das histórias reinícolas tivesse diminuído. Até às *guerres de plumas* de Juan José de Áustria, o *Discurso historico-foral* e a *Defensa histórica por la antigüedad del reyno de Sobrarbe*, de Domingo La Ripa, ambos publicados em 1676, contribuíram para acelerar o intercâmbio de memórias encontradas que aspiravam à luta pelo poder. Isto provocou a resposta do jesuíta Moret, com as suas *Congresiones apologéticas sobre la verdad de las Investigaciones históricas del Reino de Navarra* – Pamplona, 1677 –, retomando uma polémica iniciada em 1665, e estimulou o oportunismo de Antonio CHAVIER no seu *Fueros del Reyno de Navarra desde su creación hasta su feliz unión con él de Castilla*, Pamplona, 1686 (que se aproveitou da celebração das Cortes navarras de 1677), bem como as tentativas centralizadoras castelhanas, como a de Pellicer (José PELLICER, *Anales de la historia de la monarquía de España después de su pérdida*, Madrid, 1681). Mas sobre este substrato de identidades e contra-identidades em guerra pelo monopólio do espaço hispano ou um direito hispânico procedente do Fuero Juzgo ou dos foros de Sobrarbe, a conjuntura mais breve na qual nos situamos caracteriza-se pelas tentativas originais de estabelecer um consenso que preservasse os particularismos sem renunciar a um conjunto integrador.

<sup>60</sup> FRANCISCO FABRO BREMUNDAN, *Viaje del rey nuestro señor Carlos II al Reyno de Aragón*, Madrid, 1680; PILAR LAMARQUE, «Algunas noticias sobre Francisco Fabro Bremundan», *Revista de Archivos, Bibliotecas y Museos*, n.º 73 (1966), pp. 237-244.

corográfica e através da representação de um soberano vertebrador da comunidade política em cada uma das etapas do caminho por Castela e Aragão. De facto, o autor restitui o passado de cada localidade, seguindo uma lógica arqueológica que parte da monumentalidade oferecida ao olhar com os seus diferentes estratos temporais, para remeter o leitor para épocas remotas. Fabro Bremundan era um polígrafo do Franco-Condado, um poliglota apaixonado pela numismática, membro do círculo de eruditos de Saragoça que girava em torno de Juan José de Áustria quando este ocupava o posto de Vigário-Geral e em sintonia com as opiniões e os métodos do criticismo histórico, que começava a afirmar-se<sup>61</sup>. O percurso histórico de cada localidade apoia-se em fontes de primeira mão e leva a uma actualização dos conhecimentos que prescindem das fábulas. As glórias religiosas, os vestígios dos corajosos celtiberos e a evocação da reconquista a partir dos vestígios materiais proporcionam a trama da indagação. O reconhecimento das identidades reinícolas, origem e meta da viagem, assim como a exaltação de identidades que transcendem a realidade local, permitem soltar fluxos amorosos responsáveis pela milagrosa vertebração entre os diversos territórios. Deste modo, e enquanto centro de gravidade de um corpo comunicacional renovado graças a Juan José de Áustria, o rei é apresentado como uma *patria communis*.

Na vertente jurídica dos discursos *juanistas*, o ideário de *patria communis* entre os vários territórios, encarnado por um rei omnipresente, cede terreno a uma *patria communis* extraterritorial<sup>62</sup>. Madrid aparece como uma cidade-mundo, substrato de uma *curia regis* que abarca os reinos materializados nos conselhos territoriais. O vigor dos particularismos reinícolas passa mais por um trabalho de actualização do que de «santuarização» dos foros em termos de governabilidade, na qual o rei adquire um protagonismo central, enquanto as Cortes actuam como extensões dos conselhos, relacionando-se de maneira simbiótica com a capital. Os escritos de Cristobal de Crespi i Valldaura, Vice-Chanceler do Conselho de Aragão, incentivados por simpatias *juanistas*, proporcionam uma visão complementar de ambas as entidades e contribuem para o equilíbrio do corpo político ao serviço da administração real<sup>63</sup>. As Cortes reactualizavam os foros, enquanto o conselho os interpretava. A ténue diferença entre inovação e aplicação/adaptação levava a que facilmente se superassem as escassas convocatórias das assembleias reinícolas<sup>64</sup>. O tratado que Lorenzo Matheu y Sanz dirige a Juan José

---

<sup>61</sup> Christine OROBITG, «La rénovation du savoir scientifique en Espagne et le cercle du Second Jean d'Autriche» in Daniel-Odon HUREL e Gérard LANDIN (dirs.), *Académies et sociétés savantes en Europe, 1650-1800*, Paris, Honoré Champion, 2000, pp. 89-115.

<sup>62</sup> Pablo FERNÁNDEZ ALBALADEJO, «Dinastía y comunidad política. El momento de la patria» in Pablo FERNÁNDEZ ALBALADEJO, *Materia de España. Cultura política e identidad en la España Moderna*, Madrid, Marcial Pons, 2007, p. 209.

<sup>63</sup> Cristóbal CRESPI Y VALDAURA, *Observationes illustratae decisionibus Sacri Supremi Regii Aragonum Consilii*, León, 1677.

<sup>64</sup> JON ARRIETA, *El Consejo supremo de la Corona de Aragón, 1494-1707*, Saragoça, Institución Fernando el Católico, 1994, pp. 197-206.

de Áustria, em 1677, para celebrar as Cortes no reino de Valência, em continuidade com as que se celebraram em Aragão, aparece em sintonia com o discurso de Crespi, o qual, aliás, cita frequentemente<sup>65</sup>. O esclarecimento das modalidades da prestação de juramento, a acumulação dos detalhes práticos extraídos de precedentes históricos e os curtos prazos da escrita realçam o esforço para defender e para construir uma identidade reinícola valenciana. Porém, uma vez estabelecido o quadro contratual nascido do amor à pátria terrestre partilhado pelo rei e pelos súbditos, o protagonismo régio adquire uma importância decisiva na criação do direito foral<sup>66</sup>. É sintomático o modo como o discurso está ordenado. O autor não começa por descrever a identidade reinícola, mas antes por estabelecer a razão de ser do conselho dado ao rei, partindo da cartografia semântica da palavra «corte». Passa das *cúrias* romanas à *curia regis*, à corte metrópole para terminar com as Cortes, equiparadas às dietas, às assembleias e aos parlamentos, e definidas como «la congregación del pueblo universal de todo el Reino llamado por el Rey, para tratar y resolver lo que conviene al buen gobierno y servicio de Su Magestad»<sup>67</sup>. Esta perspectiva, generalista, unitária e funcionalista, sugere a precedência, de um ponto de vista lógico, da figura do rei sobre umas Cortes assimiladas a uma ferramenta para o conselho ao soberano, complementar à corte jurisdicional da polissinodia. De acordo com Lorenço Matheu y Sanz:

«...enseño a los hombres la necesidad de estos recursos el mismo Dios quando quiso criar, pues dixo: Faciamus hominem; no hablo en singular, como quando crió a tierra, los brutos o las aves, sino en plural, para dejarnos a entender, que en las cosas arduas se necesitan consejo: no porque su Divina Magestad necesite del, sino para que aprendiésemos que en los casos de importancia se ha de proceder con madurez, premeditación y acuerdo»<sup>68</sup>.

Ao equiparar a utilidade para o rei, para a república e para o bem comum<sup>69</sup>, o jurista defende que um soberano recém-coroadado tinha legitimidade para atrasar a sua jornada para jurar os foros em função das urgências do tempo<sup>70</sup>. Na sua dedicatória a Juan José de Áustria, apresenta a reintegração da Catalunha em Espanha como a libertação do jugo francês,

<sup>65</sup> Lorenço MATHEU Y SANZ, *Tratado de la celebración de Cortes generales del reino de Valencia*, Madrid, Julián de Paredes, 1677.

<sup>66</sup> Francisco Xavier GIL PUJOL, «La corona de Aragón a finales del siglo XVII: a vueltas con el neoforalismo» in Pablo FERNÁNDEZ ALBALADEJO (ed.), *Los Borbones: dinastía y memoria de nación en la España del siglo XVIII*, Madrid, Marcial Pons-Casa de Velázquez, 2002, p. 109.

<sup>67</sup> Lorenço MATHEU Y SANZ, op. cit., p. 3.

<sup>68</sup> *Ibid.*, pp. 4-5.

<sup>69</sup> «Podemos entender que quanto toca a la utilidad del Rey, como Rey, toca al bien común, y quanto toca al bien de la República, asimismo», *ibid.*, p. 249.

<sup>70</sup> «Esta obligación se deve entender y siempre se ha entendido de suerte que vaya a jurar lo más aprisa que los grandes negocios que cargan sobre los hombros reales se lo permitan», *ibid.*, pp. 62-63.

harmonizando a defesa da liberdade reinícola com a restauração da autoridade do rei<sup>71</sup>. Desta forma, contidos e preservados nas engrenagens jurisdicionais, os insuperáveis particularismos reinícolas são apresentados como pertencendo a um conjunto integrador, nunca dissolvente, que tende a fazer desvanecer um entendimento identitário existencialista, imóvel e centrífugo, em benefício de um outro mais jurisdicional e móvel, que olha em direcção ao presente. Matheu y Sanz pretendia sobretudo insistir nos atributos especificamente valencianos, não assimiláveis nem inferiores aos particularismos aragoneses e catalães, e tornar a governabilidade da Monarquia compatível com a preservação dos foros, tal como o tinha feito Pedro Calixto Ramírez, frequentemente citado no tratado do valenciano, com a «regnicolización de la *lex regia*»<sup>72</sup>.

As relações de festas e os sermões aragoneses e catalães, já evocados, subvertem a identidade da Monarquia católica universal tendo em vista defender os particularismos reinícolas. Além disso, contêm diferentes equilíbrios de poder para restaurar a Espanha. Em alguns dos sermões é atribuído ao reino de Aragão o papel mais relevante na nova aliança *juanista* que visava salvar a Espanha da sua perdição, enquanto noutros esse papel corresponde à Catalunha ou à Coroa de Aragão. Francisco Sobrecasas, por exemplo, fez assentar a Monarquia católica no Pilar de Saragoça, «primera luz de la fe que ilustró a España (...) de donde salió Su Alteza Serenissima para mejorar la Real Corona»<sup>73</sup>. Apresentou os aragoneses como a tribo mais insigne do novo povo eleito, uma tribo da Judeia ressuscitada, que tinha superado as demais pelo seu amor ao rei, pela sua devoção e pelo seu protagonismo na salvação de Espanha através da sua marcha sobre Madrid:

Parece que estampó el Cielo en los passados siglos lo que en el día segundo de enero vieron en Zaragoza nuestros ojos. (...) La nube que guiava al Pueblo, como Astro de los desiertos de Faraon, y enseñava y dirigía al Pueblo como oráculo de Dios, antes que se erigiese el «Tabernaculo, descansava sobre el Real estandarte del Tribu de Juda (...) Pero, cessen las quejas de los demás tribus, que el oráculo del Cielo ha de fixar su solio sobre el estandarte feliz del tribu de Judá, pues para esta mayor suerte tiene prendas de meritos mayores. ¿Quién de los tribus fue el primero en servir?»<sup>74</sup>.

Em relação ao sermão de Pedro Martir Figueras, operou uma espécie de naturalização de Juan José de Áustria, colocando-o sob a protecção de Raymundo Peñafort, «estrela catalã» que guiava os fiéis vassalos para a

<sup>71</sup> Francisco Xavier GIL PUJOL, «Constitucionalismo aragonés y gobierno habsburgo: los cambiantes significativos de libertad» in Richard L. KAGAN e Geoffrey PARKER (eds.), *España, Europa y el mundo atlántico*, Madrid, Marcial Pons-Junta de Castilla y León, 2001, pp. 217-250.

<sup>72</sup> Pablo FERNÁNDEZ ALBALADEJO, «Lex regia aragonensium. Monarquía compuesta e identidad de reinos en el reinado de Felipe III» in *Materia de España*, op. cit., p. 77.

<sup>73</sup> F. SOBRECASAS, op. cit., p. 20 (a numeração é nossa).

<sup>74</sup> *Ibid.*, p. 19.

redenção de Espanha e do rei-criança<sup>75</sup>. O padroeiro de Villafranca del Penedés, local onde Pedro Martir pronunciou este sermão, assume um papel decisivo na bem-sucedida entrada de Juan José em Atocha, no mesmo dia do santo. Porém, a ambiguidade subsiste no que toca à articulação das identidades em torno do rei e do seu irmão: nunca se diz claramente se se trata de uma posição de preeminência ou de reequilíbrio com Castela, ou se é a reivindicação de um princípio de igualdade para todos os reinos peninsulares (*aeque principaliter*).

Outra arquitectura e outro tipo de alicerce político emergem de uma interpretação cortesã do rumo dos acontecimentos, a partir dos papéis castelhanos, aragoneses e catalães que relataram uma epopeia libertadora protagonizada pelos «fiéis vassalos» oriundos de todos os reinos, na marcha de Saragoça até Madrid para salvar o rei e a pátria<sup>76</sup>. Comparada com uma «*tierra de promisión*» ou «*de regalos*», Madrid voltava a ser a *patria communis* do novo povo escolhido dos *juanistas*<sup>77</sup>.

O modelo da família reconfigura uma Espanha estruturada em redes clientelares a partir da imagem de um rei-*pater familias* desdobrado em Carlos II e em Juan José de Áustria<sup>78</sup>. A Monarquia renascia das suas cinzas graças a um acto voluntário de amor pelo rei e pela pátria terrestre que formava a comunidade política em torno do bastardo régio, promovido tanto a líder, quanto a encarnação dos zelosos súbditos do rei e, ainda, a «íman» dos corações:

«Quieres acabar de conocer lo mucho que al Señor Don Iuan de Austria deven de amor estos Reynos? Pues considera la fineza universal con que le veneramos, que este amor nuestro es infalible consecuencia del de Su Alteza. (...) Es un amor piedra imán de otro amor: Magnes amoris amor. (...) Como pues no an de amar finissimamente estos Reynos al Señor Don Iuan de Austria, quando tan liberalmente los a beneficiado Su Alteza con tan heroycas obras desde sus tiernos años».

Contudo, o esquema complica-se com o protagonismo dos Grandes – primos do rei –, os quais se equiparam ao bastardo régio, «a un tiempo rey y vassalo», parecido com um *primus inter pares*:

«Un Primer Mynistro ha elegido Su Magestad en la persona de S. A. el Señor Don Iuan; y con esso son todos los Excelentissimos Señores Grandes de Espana son validos. Como lo han de ser todos, si solo uno es el nombrado? Porque todos esos señores tienen talentos y meritos, para que tan gravissimo

<sup>75</sup> Martir FIGUERAS, *El Sol y la Luna*, Barcelona, Antonio Ferrer, 1677 (BC, FB, n.º 7635).

<sup>76</sup> R. COSTA, op. cit.

<sup>77</sup> J. A. SANDOVAL, op. cit., p. 10.

<sup>78</sup> Héloïse HERMANT, «Du pouvoir subversif des images. Don Juan José en double du roi?» in Marie COUTON, Christian JÉRÉMIE e Monique VENUAT (dirs.), *Pouvoir(s) de l'image (XVI<sup>e</sup>-XVIII<sup>e</sup> siècles)*, Clermont-Ferrand, Presses Universitaires Blaise Pascal, 2008, pp. 123-144.

puesto, y para gobernar un mundo; pero como reconozen por mirarlo a buena luz, que es S.A. por su sangre, persona, y talentos, el que mas bien lo merece quando ven que se le ha dado el Talento de tamaña Dignidad, quadan tan gustosos, como si ellos mismos le tuvieran»<sup>79</sup>.

Assim, ao encarnar o povo escolhido dos *juanistas*, a nobreza apresentou-se como o fundamento de uma Espanha mais integrada e percorrida por laços clientelares. Ao evocar a chegada dos *juanistas* a Madrid, Juan Antonio de Sandoval escreveu que «unido hermanablemente el cuerpo de la grandeza cortesana, se logró sin riesgo la entrada de mayor consecuencia para estos Reynos. Siendo el Espiritu Santo divino Portero que franqueo las puertas que como buen Pastor dava el primer passo para tomar sobre sus hombros la oveja perdida de una Monarquia Catholica»<sup>80</sup>.

Bem vistas as coisas, o nosso *corpus* revela diferentes sensibilidades em relação às identidades forâneas e pactuadas (predominância de uma vertente jurídica ou de uma concepção mais territorial e histórica, reino como parte ou como espaço de Espanha, etc.). Trata-se de textos de negociação política que se esforçam por orientar o equilíbrio de forças em benefício próprio, pressionando Juan José de Áustria mas, ao mesmo tempo, conservando uma ambiguidade calculada que desenha um mapa de possibilidades. Esta enredada constelação textual converge na afirmação do carácter insuperável das identidades reinícolas, a partir de um amor pela pátria terrestre<sup>81</sup>, e na defesa das vantagens das elites provinciais. Mais do que desembocar num programa, procura uma colaboração interessada com a coroa, em que o protesto foral aparece como um elo no seio de estratégias de maior amplitude<sup>82</sup>.

Em relação ao governo de Juan José de Áustria como primeiro-ministro, referem-se também as especificidades do espaço público que se estava a formar, afastando-se daquilo que, até esse momento, tinha caracterizado um certo estilo espanhol. As polémicas facilitaram a tomada de consciência do poder aglutinador da publicística, o interesse de um público amplo pelas coisas da *respublica*, desembocando na discreta reactivação de um ideário participativo de raiz aristotélica<sup>83</sup>. Os autores dos libelos encenavam estas

<sup>79</sup> R. COSTA, op. cit. p. 20.

<sup>80</sup> J. A. SANDOVAL, op. cit., p. 10. Raymundo Costa compara os Grandes às pedras do Templo de Salomão reedificado para a glória de Deus e de Espanha: R. COSTA, op. cit., p. 19.

<sup>81</sup> Remeto para o que o Pablo FERNÁNDEZ ALBALADEJO qualifica como «nacionismo» in *Materia de España*, cit. pp. 225-234.

<sup>82</sup> Trata-se da criação do que uma corrente que a historiografia designou como «neoforalismo», mas com uns matizes imprescindíveis que permitem evitar o paradigma estadualista. Ou seja, é um «neoforalismo» que não se assemelha a um auto-governo, sem o recuo do governo central (tendo em conta o controlo das insaculações pelo governo central), que varia consoante os tempos e os espaços, que não implica uniformidade à escala do império (não existe solidariedade entre os Países Baixos e Aragão) e que inclui diferentes vertentes (política, económica): Antonio ÁLVAREZ OSSORIO, «Neoforalismo y Nueva Planta. El gobierno provincial de la monarquía de Carlos II» in J. ALCALÁ ZAMORA e E. BELENGUER, op. cit., pp. 1061-1089.

<sup>83</sup> *No puede el cuerbo ser más negro*, op. cit.

questões através de um desencadeamento mimético das virtudes oriundo de Juan José de Áustria, que acabava por incluir todos os súbditos amantes do bem comum. As virtudes já não estavam incluídas na pessoa de Juan José e constituíam o alicerce de uma comunidade política a caminho da redenção e da superação material da crise. O *Sueño del Bosco* é um bom exemplo do que acabámos de dizer. Esta fábula, publicada em 1669, relata como Nauj (anagrama de Juan, de Juan José) tinha libertado a rainha – Espanha por antonomásia – do monstro seu valido. Mas este êxito cavaleiresco constituía apenas o primeiro degrau de uma conquista moral individual que, por si só, iria permitir a genuína regeneração de Espanha. Seguindo uma exortação de Juan José de Áustria, a reforma moral individual deu de imediato lugar a resoluções concretas que melhoraram o estado da Monarquia. O sacrifício efectuado pela rainha impulsionou uma dinâmica agonística entre os súbditos, os quais começaram a antepor o bem comum ao interesse particular, encerrando-os numa cadeia ininterrupta que se encaminhou em direcção à rainha para relançar o impulso virtuoso, amoroso, espiritual e terrestre<sup>84</sup>.

Porém, e como já sublinhámos, este espaço público em formação era ambíguo, de modo que Juan José oscilava entre pedagogia e repressão. Juan José de Áustria estava obcecado com as sátiras e com os rumores, ao mesmo tempo que, perante o público, justificava as suas medidas políticas através de textos impressos da autoria de Fabro Bremundan ou de Manuel Guerra. A *Visita de la Esperanza y del Tiempo* foi impressa no momento em que o meio-irmão do rei iniciou funções como primeiro-ministro, tendo em vista explicar a actuação económica de Juan José de Áustria e a necessidade de dar tempo ao tempo de forma a obter uma melhoria global da situação da Monarquia<sup>85</sup>. Também não é coincidência que Fabro Bremundan tenha introduzido, em Espanha, uma gazeta que imitava a *Gazette* de Renaudot, na qual destaca a trajectória europeia de Juan José de Áustria, para além de aludir à sua carreira política, ao meio social de onde provinha e à sua biblioteca<sup>86</sup>. A luta pelo poder lançou também um debate sobre a competência e a experiência necessárias para aqueles que prestavam serviço ao rei, e, aí, foi atribuído o papel de anti-modelos aos *validos* de Mariana<sup>87</sup>.

Por último, a reflexão sobre o dever de resistir colocou o amor à pátria terrestre no centro da relação entre o rei e os seus vassallos. A questão do respeito pelos foros, que culminou, em 1676 com o debate sobre o *coram quibus*<sup>88</sup>, e as agressões, materiais e morais, de Valenzuela contra

<sup>84</sup> *El sueño del Bosco*, cit., ff. 24v-25r.

<sup>85</sup> BNE, Ms. 8361, ff. 677r-692r.

<sup>86</sup> Albrecht KALNEIN, «Dos facetas modernistas de don Juan José de Austria: formación intelectual y afán de publicidad» in Javier HUERTA CALVO, Harm DEN BOER e Fermín SIERRA (coords.), *El teatro español a finales del siglo XVII*, Amsterdão, Rodopi, 1989, pp. 137-154.

<sup>87</sup> BL, Eg. 354, ff. 147r-150r (Dudas políticas y teológicas).

<sup>88</sup> Este foro foi esgrimido para obrigar Carlos II a abandonar Saragoça, com o objectivo de neutralizar o partido de Valenzuela no contexto do desastre do imediato regresso de Juan

o primogénito de Castela<sup>89</sup>, propiciaram a crispação do particularismo aragonês e o aparecimento de uma identidade castelhana até então encravada entre um movimento de hispanização e uma tendência para a provincialização<sup>90</sup>. Assim, alguns dos autores destes libelos equipararam os castelhanos a escravos ou a índios despojados do seu património pelo Duende (Valenzuela), a quem foram atribuídas as características dos opressores da Bíblia ou da Antiguidade<sup>91</sup>. Em relação aos reinos e, antes de mais, a Castela, são retra-tados como estando reduzidos a:

«a una tissica que los ha secando y los han puesto en estado de phantasmas, o esqueletos para ser terror y aviso y ejemplo de otros porque la hacienda del Rey nuestro señor que es la sangre que alimenta este cuerpo (...) sirve a los cortesanos diabólicos de Madrid (...) contra la conservación destes reynos, contra el honor castellano»<sup>92</sup>.

A importância da pátria terrestre, dotada de uma dimensão jurídica, económica e afectiva, ganhou ainda maior protagonismo a partir do momento em que, ao contrário de Valenzuela, Juan José de Áustria é apresentado como o salvador da Catalunha face à ameaça francesa, e como o regenerador de Aragão devido às suas medidas reformistas, à aragonização do seu séquito e à defesa, na corte, dos interesses das elites reinícolas<sup>93</sup>. Para Lorenço Matheu y Sanz:

«El señor don Juan el Segundo después de diez años de sangrientas operaciones consiguió glorioso la pacificación de Cataluña. Vuestra Altesa, siguiendo tan vitoriosas pisadas de este valiente campeón de quien descende, fue el Iris que serenó la tormenta de doce años, restituyendo a la obediencia de su padre el Gran Filipo (que goza de Dios) a Barcelona y casi todo el Principado porque sino es Tarragona, todo lo demás padeció la opresión de las armas francesas que la triunfante diestra de Vuestra Altesa saco del con valor jamás imitado»<sup>94</sup>.

---

José de Áustria a Aragão, em Novembro de 1676, após o apelo do seu irmão: *Discurso historico-foral, jurídico-político en orden al juramiento que los (...) reyes de Aragón (salva su real clemencia) deven prestar en el nuevo ingreso de su gobierno*, Saragoça, 1676.

<sup>89</sup> Aludindo a Valenzuela e à sua clientela, um autor afirma que «sobran muchas evidencias para restituir al patrimonio las mercedes que injustamente han conseguido los poderosos con malas trazas o los encantos de los aulicos, queriendo sirva a sus antojos (...) la sangre de los más pobres vassallos», *Exhortación cristiana*, cit., f. 218r.

<sup>90</sup> I. A. A. THOMPSON, «Castilla, España y la monarquía: la comunidad política, de la patria natural a la patria nacional» in R. KAGAN e G. PARKER, op. cit. pp. 177-216.

<sup>91</sup> *Coplas satíricas sobre la estancia de Valenzuela en Granada* (AHN, Estado, Libro 912, f. 273); *Exortacion cristiana*, cit., ff. 200v, 203r, 222v e 223r.

<sup>92</sup> *Exortacion cristiana*, cit., ff. 221v-222r.

<sup>93</sup> A. KALNEIN, *Juan José de Austria*, cit., pp. 310-330; ÁLVAREZ OSSORIO, «Fueros, Cortes y clientelas», cit., *passim*.

<sup>94</sup> *Tratado de la celebración de Cortes generales...*, op. cit., *Dedicatoria*.

Em tempos de desagregação da Monarquia (perda de Portugal em 1668, do Franco-condado em 1678, rebelião de Messina, etc.), Juan José de Áustria proporcionava o vínculo supremo entre os reinos e os vassallos. Estas inflexões surgidas da crise contribuíram para estruturar o governo económico e reformista do bastardo régio, governo esse que alguns *novatores* do século das Luzes qualificaram como moderno:

«Este príncipe, y deve decirse aquí, fue el último de los Grandes Hombres que la Casa de Austria produjo en España; quando murió, solo tenía cinquenta años. Sus talentos superiores, su consumada experiencia, su valor, la elevación de su carácter, y su amor a la Patria fueron inútiles a la Nación en los últimos años de su vida; porque no estuvo bastante tiempo a la frente de los negocios, para poderla restablecer. Era preciso causar una revolución general en el carácter, y el genio de la Nación, para volverle a dar aquel alto grado de esplendor (...). Esto no se podía hacer en pocos dias»<sup>95</sup>.

Em vez de apresentar a lista das medidas de moralização e de recuperação material dos reinos e das juntas criadas em torno do primeiro-ministro, tema já bem estudado<sup>96</sup>, afigura-se como mais relevante, do meu ponto de vista, escolher um exemplo paradigmático que ilustre o estilo discrepante daquela que era a tradicional forma espanhola de governar. A *Junta de alivios*, requerida por Juan José de Áustria, depois do manifesto de Torrejón de Ardoz, para o «alivio de los vasallos», anunciava que iria apreciar todos os papéis particulares e todos as representações enviadas pelas vilas e cidades<sup>97</sup>. As cidades e os particulares teriam a possibilidade de comunicar as suas propostas a um organismo especificamente constituído para esse fim, contrariando desse modo as modalidades habituais que consistiam em dirigir-se ao rei sem que este o tivesse solicitado. É possível encontrar a maior parte destes textos não só em arquivos da Monarquia polissinodal, mas também sob a forma de folhas soltas impressas ou de cópias manuscritas que pertencem a colecções de papéis relativas às *guerres de plumes* de Juan José de Áustria<sup>98</sup>. O interesse não reside no conteúdo dos projectos, bastante tradicionais, nem sequer nos resultados, já que a Junta foi efémera. O que

<sup>95</sup> BNE, Ms. 18.206, f. 132r.

<sup>96</sup> Juan Antonio SÁNCHEZ BELÉN, «Arbitrismo y reforma monetaria en tiempos de Carlos II», *Espacio, Tiempo y Forma*, Serie IV, n.º 5 (1992), pp. 135-175.

<sup>97</sup> Juan Antonio SÁNCHEZ BELÉN, «La Junta de Alivios de 1669 y la primeras reformas de la Regencia», *Espacio, Tiempo, Forma*, Serie IV, n.º 4 (1988), pp. 639-667.

<sup>98</sup> Manuel MAYER, *Arbitrio para quitar los [tributos] en Madrid y que todos los géneros entren libres por las Puertas*, Madrid, 1669 (BNE, VE 47-34; BNE, VE 181-55); Antonio MUÑOZ DE CASTILLBLANCH, *Memorial con ocasión de la Junta que V.M. se ha servido de formar*, Madrid, 1669 (BNE, VE 210-13, 7r-12r); Sebastián MUÑOZ SUÁREZ, *Memorandum sobre lo que debe discurrir la Junta de Alivios*, Madrid, 1669 (AHN, Consejo, Legajo 7179); Alejandro PARENTI, *Breve recopilación del remedio y alivio de esta Monarquía de España*, Madrid, 1669; *Anotaciones políticas a la reforma que dicen haze S.M.*, 1669 (BNE, Ms. 8180, ff. 71r-74v); *Memorial a la Junta de alivios* (RAH, 9/7120, n.º 259).

importa destacar são as dinâmicas de circulação que perfilam um espaço de publicidade próprio e exterior às redes institucionais, uma espécie de «caixa de ressonância». Assim, esses textos incorporam expressões e argumentos oriundos das cartas abertas de Juan José de Áustria (carta de Consuegra, carta de Torre de Lledó, manifesto de Torrejón de Ardoz), que proporcionam uma trama que alberga a possibilidade de variações e de desenvolvimentos da mais variada índole, incluindo, também, reflexões ou lamentos extraídos de libelos populares, como por exemplo os *Tres de la Fama*, o *Sueño del Bosco*, *El escapate de don Babiles* ou o *Voto de la verdad*<sup>99</sup>.

Longe de se assemelhar à repetição mecânica do que já existia, a tentativa de restauração de Espanha em torno do bastardo régio opera uma cristalização identitária original. Reconstituímos uma constelação textual nascida de uma crise profunda e que engloba cerca de dois mil textos em torno de Juan José de Áustria, sem que tivesse sido possível controlá-la, longe disso. A partir deste cenário, podem-se identificar dois registos de reconfiguração identitária que interagem entre si: primeiro, o repositório do discurso dos actores; em segundo lugar, a dinâmica da publicística, que conglomera, de um modo algo aleatório, os colectivos heterogéneos. A epifania de um espaço público singular tende a reorganizar as relações entre o rei e as comunidades políticas, dando lugar a uma identidade baseada em parcialidades que se revelou inédita no quadro da Península Ibérica. Deu também lugar à rearticulação original de particularismos reinícolas pré-existentes e, ainda, a um novo estilo de governo. Os textos analisados não são propriamente tratados, mas sim textos de combate e de negociação, textos que, muitas vezes de forma ambígua, remetem primeiro para lógicas conflituais e, depois de Juan José de Áustria ter sido chamado para o governo, para lógicas de consenso. Estabelecido o amor por uma pátria terrestre e esgrimidos os limites constitucionais ao poder régio, desenham um mapa de possibilidades, do que se pode concretizar ou não, mapa em que se destacam identidades interactivas e relacionais, extraídas de um horizonte territorial estritamente local e próximas de um imperativo de governabilidade. Desta forma, sem ruptura aberta nem paradigma alternativo ou vontade de teorização, começa-se a plasmar, de maneira imprevisível e efémera, um inédito corpo político. A ambígua defesa da comunicação política contra a opacidade do governo, assim como as transformações coetâneas de certas estruturas de intercâmbio político, a procura interessada do consenso do público – ou o empenho em encenar o consenso de um público que estava ainda por definir – e, finalmente, as fissuras abertas no regime de autoridade, sugerem que, de uma política de visibilidade orquestrada pelo poder e dedicada à prescrição, se estava a passar para um espaço disputado no qual imperava uma falsa transparência

---

<sup>99</sup> Respectivamente: AHN, Estado, Libro 1009, ff. 51r-55r; BNE, Ms. 18.443, ff. 21r-25r; BNE, Ms. 2034, ff. 27r-30r; e RAH, 9/643, ff. 217r-274r.

e em que as autoridades já não eram invulneráveis, muito pelo contrário, intervinham no debate público. Esse plasmar político da «matéria de Espanha», transformada num corpo comunicacional percorrido pela informação, instalou-se no terreno da «prática» e deixou vir ao de cima uma identidade colectiva em busca de si mesma, consciente da fragilidade dos seus fundamentos, susceptível de se concretizar de maneira original, mas que continuava a desenvolver-se num quadro confessional. Finalmente, a imagem do «Salomão oblíquo», à qual Juan Caramuel associou Juan José de Áustria, ao dedicar-lhe a sua *Arquitectura recta y oblicua*, ilustra bem este momento de intensa auto-reflexão<sup>100</sup>. Nessa sua obra, Caramuel propunha-se reescrever os fundamentos da arte da arquitectura sobre bases científicas (matemáticas e geométricas) que integrassem a percepção do espectador e as distorções ópticas, tendo em vista oferecer proporções perfeitas, proclamando o direito a não obedecer cegamente às autoridades<sup>101</sup>. A plasticidade racional deste modo reivindicada lançava o desafio de reconstruir o tempo de Salomão<sup>102</sup>, como tentou fazer um Juan José de Áustria protector dos *novatores*, empenhado em restaurar o corpo político comunicacional de uma Espanha terrestre e celeste, no terreno da prática.

---

<sup>100</sup> Juan CARAMUEL, *Architectura civil recta y obliqua, considerada y dibujada en el templo de Ierusalem*, Vegeven, Camillo Corrado, 1678.

<sup>101</sup> Jorge FERNANDEZ-SANTOS, *Caramuel y la probable arquitectura*, Madrid, CEEH, 2013.

<sup>102</sup> Para Caramuel, o paradigma do templo de Salomão e da arquitectura oblíqua era o Escorial, uma temática que, como já assinalámos, encontramos na publicística *juanista* para simbolizar a restauração esperada de Espanha.